



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	11128.003027/2007-19
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3201-003.188 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	28 de setembro de 2017
<b>Matéria</b>	Pedido de restituição. Imunidade.
<b>Recorrente</b>	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS ÚLTIMOS DIAS
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Data do fato gerador: 12/11/2003

RESTITUIÇÃO. TRIBUTOS ADUANEIROS. TEMPLOS DE QUALQUER CULTO.

Tratando-se de pedido de restituição, o ônus da prova do direito creditório, é do contribuinte, que deverá comprovar a efetiva incorporação, ao seu patrimônio, dos bens essenciais à sua atividade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso voluntário.**

WINDERLEY MORAIS PEREIRA - Presidente.

TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Winderley Morais Pereira (Presidente Substituto), Marcelo Giovani Vieira, Tatiana Josefovicz Belisário, Paulo Roberto Duarte Moreira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima e Leonardo Vinicius Toledo de Andrade.

**Relatório**

Trata-se de **Recurso Voluntário** interposto em face do Acórdão nº 17-32.377 - 1<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de São Paulo I (fls. 195/206), que assim relatou o feito:

*Trata o presente processo de pedido de restituição (fls. 1-33/34) de valores pagos a título de Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (I.P.I.) na importação relativa à Declaração de Importação nº 03/0988696-6, registrada em 12/11/03 (fls. 36/39) por entender a requerente que goza da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "b" da Constituição Federal de 1988, para o II e IPI-importação, conforme reconhecido pela Secretaria da Receita (em determinadas circunstâncias), em resposta às Soluções de Consulta SRRF/8 a RF/DISIT n's. 227 (fls.20/24) e 254 (fls. 25/29), de 02/08/2004 e 06/09/2004, respectivamente, levadas a efeito pela interessada. O pleito refere-se à restituição de R\$67.293,88 (sessenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos) de Imposto de Importação e R\$39.984,17 (trinta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e dezessete centavos) de Imposto sobre Produtos Industrializados — vinculado à importação, num total de R\$107.278,05 (cento e sete mil, duzentos e setenta e oito reais e cinco centavos).*

*Segue-se um breve histórico dos fatos, conforme documentos nos autos.*

*Em 12/11/03 a interessada importou as seguintes mercadorias, pela Declaração de Importação nº 03/0988696-6, selecionada pelo Siscomex para o canal verde conferência.*

ADI ÇÃO	TIPO DE MERCADORIA	DESCRIÇÃO	NCM	QUANT.
001	<b>TAPETE,</b> ETC. DE MATÉRIA TÊXTIL SINT/ARTIF. AVELUD. CONFEC.	Jardas	5702.42.00	973,02
002	<b>TAPETE,</b> ETC. DE MATÉRIA TÊXTIL SINT/ARTIF. AVELUD. CONFEC.	Jardas	5702.42.00	973,02

*Deixou de utilizar-se do benefício previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 150, inciso VI, alínea "b", pelo qual é vedada à União instituir impostos sobre templos de qualquer culto, sendo que tal vedação compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas. Recolheu os tributos cobrados, cuja restituição ora pleiteia (Pedido de reconhecimento de direito decorrente de retificação de Dl às fls. 01-33/34).*

*Visando dirimir dúvidas sobre sua situação em relação às importações, apresentou as duas já mencionadas Soluções de Consulta SRRF/8 a RF/DISIT nos. 227 , de 02/08/2004 (fls.20124) , e 254 (fls. 25/29), de 06/09/2004.*

*Pleiteou e obteve retificação da mencionada DI (fls. 61/62), após o que passou-se à análise do pedido de restituição decorrente da mesma.*

*A ALF/PORTO DE SANTOS - SP expediu a Intimação nº 121/2008 (v. fls. 66/68), pela qual o interessado foi instado a apresentar documentos contábeis e fiscais comprobatórios de que as mercadorias amparadas pela DI nº 03/0988696-6 destinadas a integrar seu patrimônio e estão relacionadas à finalidade essencial da entidade.*

*Em resposta (fls. 71/72), o interessado informou da dificuldade em obter a documentação contábil exigida, haja vista que a importação ocorreu há mais de cinco anos.*

*Às fls. 120/122 foi proferido DESPACHO DECISÓRIO DE INDEFERIMENTO do pleito (restituição), com base, em síntese, nos seguintes argumentos:*

*I - que a interessada não apresentou documentação contábil comprobatória da incorporação dos bens ao seu patrimônio, e que apenas juntou fotos do material instalado.*

*2 - Como na descrição da mercadoria não há elementos suficientes para a precisa identificação dos mesmos "in loco", não há como confirmar-se hoje (mais de cinco anos após a importação) se as mercadorias fotografadas são as mesmas importadas.*

*Ciente do teor do referido despacho, e inconformada com o mesmo, a interessada apresentou sua Manifestação de Inconformidade às fls. 125/136, cujos argumentos, em síntese, são os seguintes:*

*1 — Alega que o motivo do indeferimento (segundo o Auditor, não houve comprovação de que as mercadorias importadas foram realmente integradas ao patrimônio da interessada), não foi precedido por qualquer vistoria "in loco", além de proferido sem que a autoridade fiscal tivesse esgotado as possibilidades daquilo que queria ver provado. Entende que tal procedimento cerceou seu direito de defesa, pois foi-lhe negado o direito de produzir, de forma integral, as provas pertinentes.*

*3 (sic) — A manifestante constrói e mantém Templos, sendo todos os produtos importados na DI ora em discussão foram utilizadas em capelas de sua construção, conforme pode ser verificado em diligência ao local.*

*4 (sic) — Anexa decisões administrativas proferidas por outras unidades da Receita Federal, favoráveis à restituição, para materiais de diversos tipos, e após vistoria ao local.*

A DRJ julgou improcedente a impugnação do contribuinte, tendo sido o acórdão assim ementado:

**ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

*Data do fato gerador: 12/11/2003*

*IMPORTAÇÃO. TEMPLOS DE QUALQUER CULTO. IMUNIDADE RELATIVAMENTE AO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E AO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IMPORTAÇÃO ABRANGÊNCIA.*

*A importação, por entidade que se enquadra no art. 150, VI, b, da Constituição Federal de 1988 está abrangida pela imunidade constitucional, desde que atendidas duas condições, simultaneamente: devem os artigos importados serem destinados ao patrimônio da entidade, e devem também ser vinculados às finalidades essenciais da entidade religiosa. Quando não comprovado o atendimento simultâneo das duas condições, a referida imunidade não pode ser invocada.*

***RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE.***

*De acordo com o art. 165 do CTN (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional) cabe restituição de tributos recolhidos indevidamente ou a maior que o devido. Quando não comprovado que o recolhimento do tributo por parte da entidade religiosa foi indevido ou a maior que o devido, descebe o reconhecimento do direito creditório respectivo.*

***Solicitação Indeferida***

Inconformado, o contribuinte interpôs Recurso Voluntário, reforçando os argumentos apresentados em sede de Manifestação de Inconformidade.

Em 05/05/2011 o Recurso Voluntário foi trazido à julgamento por esta Turma que, por unanimidade, decidiu por converter o feito em diligência nos seguintes termos (fls. 300/302):

Entendo que o processo, no seu estado atual não comporta julgamento, portanto, VOTO por converter o julgamento em diligência para que a autoridade preparadora providencie a intimação do recorrente desta decisão e, para que, seja feita diligéncia ao estabelecimento do recorrente para a verificação dos documentos fiscais e contábeis da recorrente, visando apurar a veracidade da alegação produzida em sua impugnação e repetida no corpo deste recurso voluntário, especialmente quanto à utilização dos produtos importados na DI ora em discussão em capelas de sua construção e da não utilização dos créditos correspondentes de IPI, nem a transferência do encargo financeiro.

Por fim, após a diligência e a juntada do respectivo relatório de fiscalização aos autos, intime-se o recorrente para, querendo, apresentar seus comentários acerca da prova produzida, facultando-lhe juntada de laudo crítico, assinado por técnico legalmente habilitado e novos documentos, no prazo de 30 (trinta) dias.

Decorrido este prazo e juntada a manifestação do contribuinte aos autos, se houver, retornem os autos a este Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devendo a secretaria providenciar a intimação da dnota Procuradoria da Fazenda Nacional para se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias sobre o resultado da diligência realizada e a manifestação do contribuinte.

Após retornem os autos a este relator, para continuidade do julgamento.

A solicitação de diligência foi respondida pela Autoridade Fiscal de origem, conforme Termo de fls. 474/477.

A Procuradoria da Fazenda Nacional foi intimada em 05/06/2013, sem manifestação.

Após, foram os autos remetidos à este CARF e distribuídos, por sorteio, à minha relatoria.

Tendo sido constatado que a Contribuinte não fora intimada acerca do relatório da diligência fiscal, os autos retornaram à Autoridade de origem para saneamento.

Foi realizada a intimação do Contribuinte por Caixa Postal, com ciência por abertura do documento. Contudo, não houve manifestação.

Os autos retornaram, então, para julgamento.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Tatiana Josefovicz Belisário

O Recurso Voluntário é próprio e tempestivo e, portanto, dele conheço.

Como se verifica pelo relato dos fatos, trata-se de pedido de restituição apresentado pela Recorrente por meio do qual busca reaver valores recolhidos a título de Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pagos no desembarço de produtos por ela importados (tapetes). Segundo afirma, o recolhimento de tais impostos se deu de forma indevida uma vez que a Recorrente goza da imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea 'b' da Constituição Federal, *verbis*:

*Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*

(...)

*VI - instituir impostos sobre:(Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*

(...)

*b) templos de qualquer culto;*

(...)

*§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.*

Em suporte ao seu pleito, a Recorrente apresenta as Soluções de Consulta SRRF/8<sup>a</sup> RF/DISIT nºs 227 e 254, de 02/08/2004 e 06/09/2004, respectivamente (processos nºs 11610.000851/2003-41 e 11610.001357/2003-02).

Afirma, ainda, que a exigência de aplicação dos produtos importados (tapetes) no atingimento de seus objetivos estatutários pode ser verificada por meio de diligência ao local onde estes estão localizados.

No que diz respeito à comprovação da utilização dos produtos importados ao atingimento de seus objetivos estatutários, destaco os seguintes fatos extraídos dos autos:

Em 03/09/2008 a Recorrente foi intimada do Termo de Intimação Fiscal nº 121/08 (fls. 75/77), correspondente aos Pedidos de Restituição de nºs 11128 003022/2007-96 (DI 03/0256744-0); 11128.003023/2007-31 (DI 03/0359451-3); 11128.003024/2007-85 (DI 03/0740780-7); 11128.003025/2007-20 (DI 03/0620167-9); 11128.003026/2007-74 (DI 03/0776071-0); e **11128.003027/2007-19 (03/0988696-6)**.

Por meio do referido termo foi solicitada a apresentação dos seguintes documentos:

- a) *Cópia autenticada da Nota fiscal de Entrada relativa as mercadorias amparadas Pela Declaração de Importação a que se refere o respectivo processo (relacionados no anexo a este termo de intimação), inclusive nota fiscal complementar, se houver;*
- b) *Cópias autenticadas de TODOS os registros contábeis relacionados às importações em questão, incluindo o Livro Registro de Inventário, (favor destacar os lançamentos referentes aos recolhimentos efetuados a titulo de Imposto sobre Produtos Industrializados identificando as contas contábeis por onde transitaram e onde os valores se encontram atualmente);*
- c) *Cópia autenticada do Plano de Contas da associação, assinado pelo contador responsável, contemplando os lançamentos referidos no item b e dos Termos de Abertura e Encerramento dos livros onde foram escriturados;*
- d) *Declaração original assinada pelo administrador ou contador responsável pela associação, com • firma reconhecida, nos seguintes termos (se aplicável):*

*"Declaramos à Alfândega do Porto de Santos, sob as penas do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90, que a associação \_\_\_\_\_, CNPJ nº não se aproveitou, nem se aproveitará, em nenhuma hipótese, dos créditos relativos ao IPI pago por ocasião do registro da Declaração de Importação nº \_\_\_\_\_ bem como não transferiu e nem transferirá a terceiro o respectivo encargo financeira"*

Em sua resposta juntada às fls. 80 e seguintes, a Recorrente apresentou aos autos apenas a Declaração referida no item 'd', esclareceu, ainda, não possuir a Nota Fiscal de entrada mencionada no item 'a', uma vez que não é contribuinte do ICMS.

Quanto aos documentos contábeis descritos nos itens 'b' e 'c', a Recorrente aduz que não logrou êxito na sua obtenção, uma vez que a importação dos bens ocorreu em 2003.

---

Em razão da impossibilidade de apresentação dos documentos, trouxe aos autos fotografias do bem importado, folheto explicativo contendo fotografia do bem importado e revista a respeito dos seus Templos, também com a fotografia dos bens. Além disso, se colocou à disposição da autoridade alfandegária para a fiscalização *in loco* dos produtos importados.

A Autoridade fiscal, a partir das informações prestadas, negou o direito creditório pretendido pela ausência de comprovação (Despacho Decisório às fls. 120/121). Importante observar que não se questionou a possibilidade de vinculação dos bens importados às finalidades essenciais da Recorrente. O que se assinalou é que a ausência de comprovação contábil impediria o seu reconhecimento:

*7. No presente caso, ainda que não se questione a possibilidade de vinculação dos bens importados às finalidades essenciais da entidade (face á sua compatibilidade com o disposto no art. 6, inciso V do estatuto às fls 04 a 12), considerando que cabe ao contribuinte o encargo probatório quanto ao direito creditório pleiteado, devendo este zelar pela guarda dos livros e documentos contábeis relativos a este enquanto durar o respectivo processo administrativo, não é possível reconhecer o direito creditório pleiteado diante da impossibilidade de comprovação da incorporação dos bens ao seu patrimônio, visto ser este um dos critérios estabelecidos pelas Soluções de Consulta SRRF/8 a RF/DISIT no" 227/04 e 254/04 para análise objetiva dos casos em que se pleiteia a extensão da imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea "h" da Constituição Federal ao II e IPI na importação de mercadorias por templos de qualquer culto.*

Em sua Manifestação de Inconformidade a Recorrente afirmou ser "cômodo argumento de que não é possível reconhecer o direito creditório pleiteado diante da impossibilidade de comprovação da incorporação dos bens ao patrimônio da entidade religiosa."

Aduziu, ainda, que, uma vez tendo sido reconhecido pela Autoridade Fiscal que os produtos importados (*in casu*, tapetes) tem sua aplicação afeta às finalidades essenciais da entidade, deveria lhe ter sido assegurado o direito à utilização de outros meios de prova - que não os registros contábeis, não apresentados - para comprovação de que os bens foram integrados ao seu patrimônio, insistindo na necessidade de verificação, *in loco*, pelos agentes fiscais, do emprego dos bens nos templos da Recorrente.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento, então, manteve o indeferimento do pleito, reforçando os argumentos já apresentados em sede de Despacho Decisório:

*Pela leitura do texto acima, conclui-se que a imunidade constitucional , para os impostos incidentes sobre a importação, aplica-se à entidade imune quando cuzznpridas duas condições simultaneamente:*

*1 - O bem importado deve destinar-se ao patrimônio dp.quela entidade; e*

*2 - O bem importado deve estar relacionado a suas finalidades essenciais (no caso concreto, às finalidades essenciais de um templo de qualquer culto).*

*Evidentemente, não faria sentido 'beneficiar a entidade imune para bens não destinados ao seu patrimônio, ou seja, para bens que fossem destinados à transferência a terceiros (mediante comercialização, ou não).*

*Também não faria sentido que tal benefício se estendesse a bens não vinculados à atividade essencial da entidade.*

*No caso concreto, o interessado não logrou comprovar, por documentação contábil, a incorporação dos bens em apreço ao seu patrimônio. Alega que poderia fazê-lo mediante perícia, cuja impossibilidade foi previamente ventilada no despacho decisório de indeferimento, sob a alegação de que "...na descrição da mercadoria não há elementos suficientes para a precisa identificação dos mesmos "in loco" não há como confirmar-se hoje (mais de cinco anos após a importação) se as mercadorias periciadas são as mesmas importadas."*

Não obstante, ainda assim foi determinada a realização de diligência por este CARF para que mais uma vez fosse oportunizado à Recorrente a comprovação contábil e documental acerca da incoporação dos bens importados ao seu patrimônio.

Em resposta, a Recorrente informa não ter sido possível apresentar tais documentos, uma vez que estes teriam sido perdidos em incêndio ocorrido em 04/07/2001, "quase três anos após a ciência da primeira intimação, em 03/09/2008, demonstrando, assim, que o mesmo já não os possuía à época", como assinala a autoridade fiscal em sua resposta à diligência solicitada, às fls. 474/476.

Desse modo, resta patente a ausência de comprovação, pela recorrente, de requisito essencial para usufruir do benefício da imunidade, qual seja a efetiva incorporação dos bens importados ao seu patrimônio, não obstante as inúmeras oportunidades que lhe foram concedidas.

Ressalto que a questão já foi debatida neste CARF, obtendo-se conclusão similar à ora proposta:

*ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO  
Data do fato gerador: 17/10/2002 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.  
TEMPLO DE QUALQUER CULTO.*

*DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO. IPI E II. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. PROVA DA DESTINAÇÃO DOS BENS IMPORTADOS.*

*ART. 36 DA LEI 9.784/1999 E ART. 29 DO PAF.*

*A imunidade concedida aos templos de qualquer culto pelo art. 150, VI, letra "b", da Constituição Federal abrange o IPI e o II, incidentes no desembaraço aduaneiro de bens importados diretamente por entidades religiosas, os quais sejam destinados a integrar seu patrimônio e estejam relacionados a suas finalidades essenciais.*

*O enquadramento de bens importados como sendo vinculados às finalidades das referidas entidades deverá pautar-se em análise objetiva de cada caso concreto, levandose em consideração as finalidades da instituição, conforme estabelecidas em seus atos constitutivos, a qualidade e quantidade dos bens importados, bem assim outros critérios que fundamentem a vinculação com as finalidades essenciais da entidade.*

*Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, desde que fundamentada.*

*A perda da documentação contábil e fiscal da entidade e a natureza não específica dos bens importados impedem a análise acerca da utilização destes na finalidade social da recorrente, que é o pressuposto do indébito alegado, cujo ônus da prova é da contribuinte, nos termos do art. 36 da Lei nº 9.784/1999.*

*Recurso voluntário negado.*

*(Acórdão 3202001.345 de 14 de outubro de 2004, Rel. Thiago Moura de Albuquerque Alves)*

**ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**  
**Período de apuração: 24/12/2004 a 25/02/2005 RESTITUIÇÃO.**  
**TRIBUTOS ADUANEIROS. TEMPLOS DE QUALQUER CULTO.**

*Tratandose de pedido de restituição, o ônus da prova do direito creditório, isto é, se os bens importados são vinculados às finalidades essenciais da entidade, é do contribuinte.*

*(Acórdão 3201001.821 de 13 de novembro de 2004, Rel. Ana Clarissa Masuko dos Santos Araujo)*

Pelo exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário.

Tatiana Josefovicz Belisário - Relatora